

A política do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) na mídia

Brenda Sampaio dos Anjos
Profº Drº Gustavo Filice de Barros

Resumo simples

O objetivo deste artigo é analisar a representação midiática da política do MPI. A criação do MPI, em janeiro de 2023, representou um marco histórico na institucionalização das políticas públicas voltadas aos povos originários no Brasil. Este artigo analisa como a mídia brasileira, especificamente os jornais *Folha de São Paulo* e *Estadão*, representou e interpretou a atuação do novo MPI. A pesquisa tem abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. Fundamenta-se nos múltiplos fluxos de Kingdon, especialmente nos problemas e nas políticas. Os dados coletados nos dois jornais, no período de janeiro de 2023 e junho de 2024, revelaram que a *Folha de São Paulo* ofereceu cobertura mais ampla e crítica, evidenciando o embate entre as coalizões políticas e antipolíticas no cenário das políticas indigenistas. Já o *Estadão*, apresentou baixa incidência de conteúdos sobre o tema, sugerindo possível desinteresse editorial. A análise aponta que, apesar dos avanços proporcionados pelo governo Lula, existem desafios como a demarcação de terras e o enfraquecimento institucional permanecem em disputa. Conclui-se que a mídia desempenha papel central na formação da opinião pública e na definição da agenda governamental, podendo tanto contribuir para o avanço dos direitos indígenas quanto reforçar silenciamentos e omissões históricas.

Resumo expandido

Contextualização do tema

As políticas públicas para povos indígenas sofreram com ações de antipolítica nos governos de Temer e Bolsonaro (Porantim, 2022). Problemas importantes, como a demarcação das terras indígenas, estabelecidos na CF 1988 estiveram paralisados e a Fundação Nacional do Índio (Funai) deixou de cumprir suas funções precípua de fiscalização e proteção aos povos indígenas. Na publicação da revista Porantim, nº 451, de dezembro de 2022, mostra os dados trazidos pelo Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil de 2018. No governo de Temer houve o fortalecimento da coalizão do Estado com os ruralistas em detrimento às demandas de políticas indigenistas. Na mesma medida, apontava toda preocupação com as falas do presidente eleito, Jair Bolsonaro, acerca do desmonte da Funai e a abertura para os brancos adentrarem nas terras indígenas que deveriam ser demarcadas. O Relatório expõe que, nos governos citados anteriormente, houve o avanço da violência contra as comunidades indígenas, suas lideranças e seus territórios.

No início do ano de 2023, juntamente com o início do primeiro ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, explodiu na mídia o problema de segurança alimentar do povo Yanomami. A situação mostrava-se extremamente grave sendo considerada

emergência humanitária, tendo em vista a morte de crianças e adultos causada pela fome, doenças como a malária, outras doenças levadas pelo garimpo ilegal e racismo (Brasil, 2023; Biggi, 2023; Santos, 2023).

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a gestão do país em janeiro de 2023, com demandas bastante importantes para as políticas dos povos indígenas. Inicialmente, retornar o tema para agenda política e do governo, fortalecer a coalizão contrária a antipolítica. Assim, evidencia-se a existência de duas coalizões no jogo político, sendo: antipolítica e política.

Nesse sentido, o Grupo de Trabalho (GT) dos Povos Originários formado no período de transição entre os governos Bolsonaro e Lula iniciou as primeiras ações para a criação do MPI. Após o relatório final do GT, e sendo uma promessa de campanha, no primeiro dia do mandato do Governo Lula foi assinado o Decreto nº 11.355, de 1º de janeiro de 2023, que criou o MPI. Pela primeira vez institucionalizou no país um ministério para cuidar das políticas dos povos indígenas.

Objetivo

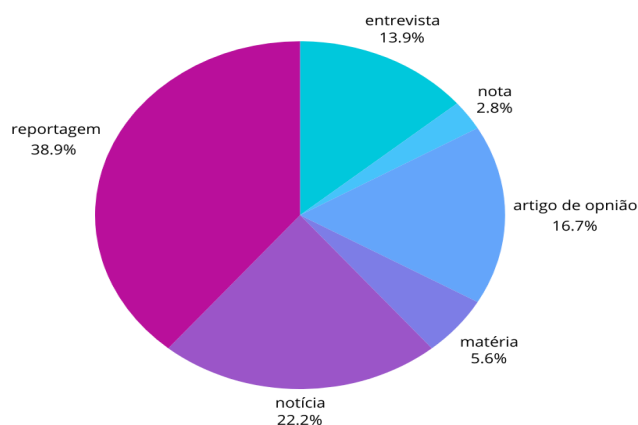
O objetivo deste estudo é analisar o comportamento da mídia brasileira acerca da política pública realizada pelo Ministério dos Povos Indígenas

Metodologia

Esta pesquisa adotou a abordagem qualitativa, exploratória e descritiva (Gerring, 2017, 2019). Também, análise de conteúdo (Bardin, 2016). Sendo assim, a investigação foi desenvolvida por meio de pesquisa *online* nos sites dos jornais Folha de São Paulo e Estadão por possuírem vasta amplitude e capilaridade nacional.

Os dados foram coletados por meio dos descritores: “política + povos indígenas” e “ministério dos povos indígenas” + “política”. No site da Folha de São Paulo, foram obtidos 94 *links*. Após a leitura dos títulos e corpo do texto foram descartados 58 *links*, que apesar de tratarem da temática indígena, não se referiam às questões do MPI.

As informações recolhidas foram demonstradas a partir do tema e do que se tratava, relatando o problema de política pública que o *link* abordava; as fontes utilizadas; cobertura jornalística e a ação política ou antipolítica. Para melhor análise dos dados, os 36 *links* selecionados foram classificados por categorias, resultando em 5 entrevistas, 1 nota, 6 artigos de opinião, 2 matérias, 8 notícias e 14 reportagens. A pesquisa realizada no *site* do Estadão, utilizando os mesmos descritores, obteve apenas 10 *links*. Sendo que desse número 8 *links* foram descartados da amostra tendo em vista não serem relativos ao MPI. Permaneceram apenas 2 reportagens.



Análise dos dados

Esse estudo buscou compreender como são tratados os problemas pela mídia e o embate político acerca dos problemas que envolvem questões indígenas. Com referência na teoria de fluxos múltiplos, proposto por Kingdon (2011). A classificação dos problemas são tidas como situações que, de alguma maneira, leva a interferência em agendas políticas. O Fluxo da política pode ser entendido como o momento em que existem boas condições ambientais e oportunidade para transformar uma solução em política.

Síntese dos resultados

O fluxo do problema ficou evidente no desmonte de políticas públicas voltadas aos povos indígenas no mandato do Jair Bolsonaro quando estourou na mídia a situação dos povos Yanomamis, e do ponto de vista da estratégia política, a definição do problema é fundamental. A partir da definição desse problema perante a mídia, surgiu a oportunidade para transformar a solução desse problema em política, que foi o que o Lula fez assim que assumiu a presidência do país, com a política de criação do MPI como solução. O começo de uma nova gestão governamental representa, de acordo com Kingdon, uma “janela oportunidade” para ocorrerem mudanças na agenda pública.

A Folha de São Paulo apresentou uma cobertura mais ampla e crítica, com 36 publicações relevantes analisadas (entre notícias, reportagens, artigos de opinião e entrevistas). Essa cobertura expôs o embate entre a coalizão política favorável aos direitos indígenas, impulsionada pelo governo Lula, e a coalizão antipolítica, representada pela bancada ruralista e interesses contrários à demarcação de terras. A Folha abordou temas como a

gravidade da situação Yanomami, chegando a discutir a caracterização como genocídio, a retomada inicial da demarcação de terras por Lula, e as pressões políticas que levaram a recuos, como a possível transferência da responsabilidade de demarcação do MPI para o Ministério da Justiça. Também noticiou a insatisfação de lideranças e movimentos indígenas com a efetividade das ações do MPI e do governo federal, citando críticas de Daniel Munduruku e a decisão do Acampamento Terra Livre (ATL) de não convidar o presidente Lula para seus eventos em 2024.

Em contraste, o Estadão demonstrou baixa incidência de conteúdo sobre o tema, com apenas duas reportagens relevantes encontradas. Essa escassez sugere um possível desinteresse editorial ou um reflexo da tendência da mídia de abordar questões indígenas apenas quando já estão consolidadas na agenda governamental, corroborando a ideia de que a mídia pode tanto dar visibilidade quanto reforçar o silenciamento.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: edições 70, 2016.

BIGGI, J. V. X. RESENHA: VIOLÊNCIAS CONTRA POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Revista Territorial (ISSN 2317-0360)**, v. 12, n. 2, p. 410-414, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
Acesso em: jul. 2024.

_____. Decreto nº **11.355, de 1º de janeiro de 2023**. Aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Povos Indígenas.

GERRING, John. Qualitative Methods. **Annual Review of Political Science**, 2017, p.15-36.

GERRING, John. **Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas**. Tradução: Caesar Souza. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. Glenview, Longman, updated second edition, 2011.

PORANTIM - Em defesa da causa indígena. **Governo de transição, Governabilidade e a Efetivação dos Direitos Humanos**. Ano XLIV – Nº 451 – Brasília, 2022.

SANTOS, A. R. C. **Vozes indígenas na saúde: retomando territórios de fala na silenciosa noite colonial**. 2023.